

Author / Autor

David Rafaél Vaz Fernandes

CECS, Universidade do Minho
Portugal

As medidas de austeridade debaixo da *Troika*: Uma análise à cobertura noticiosa dos Orçamentos de Estado de JN e Público

O artigo pretende analisar a cobertura noticiosa realizada às medidas de austeridade do governo português entre 2011 e 2013 e revisita os conceitos de austeridade no contexto do caso de estudo e de hegemonia na comunicação. A investigação parte das notícias sobre a divulgação do Orçamento de Estado e efectua uma análise das fontes utilizadas. Elabora também uma análise qualitativa através do método utilizado por Semetko e Valkenburg (2000) procurando os *frames* da cobertura. As conclusões do estudo indicam que o Jornal de Notícias e o Público não deram espaço aos grupos afectados pelas medidas nem a soluções alternativas.

Agradecimentos

Agradecemos a colaboração da Biblioteca Municipal do Porto e dos seus funcionários.

Palavras-chave

Austeridade; Troika; Orçamento; Cobertura Noticiosa; Framing.

Introdução

A crise económica e financeira que abalou os fundamentos políticos e económicos da União Europeia e do mundo inteiro surgiu já em 2006 com a crise do subprime. A deterioração da qualidade dos empréstimos concedidos pelos bancos provocou um conjunto de incumprimentos por parte dos devedores. A maioria destes empréstimos eram ligados à aquisição de imóveis o que provocou a queda do preço das habitações e a consequente falta de liquidez das entidades credoras (Demyanyk e Otto Van Hemert, 2011). A falência do sistema bancário arrastou uma crise da dívida soberana das nações desenvolvidas como é o caso de Portugal (Micheletti 2008).

A incapacidade do governo português em financiar as suas actividades através do recurso aos mercados obrigou o governo liderado por José Socrates a pedir uma intervenção conjunta do Fundo Monetário Internacional (FMI), da Comissão Europeia (CE) e do Banco Central Europeu (BCE) (1).

Um *Memorando de entendimento* ou *Plano da Troika* foi assinado a 17 de Maio de 2011 e implicou um conjunto de políticas mais conhecidas como “medidas de austeridade” (2). As três entidades referidas concederam um apoio económico e financeiro ao Estado português a troco de reformas estruturais “com vista a corrigir os desequilíbrios externos e internos e a aumentar o potencial de crescimento e de emprego” (3).

Em 2016, a Europa e os seus parceiros ainda não resolveram os seus problemas e procuram novas soluções, algumas das quais vão contra o que foi preconizado nas intervenções da Troika em Portugal (4). Apesar do fim da intervenção, Portugal encontra-se ainda dependente de medidas de austeridade que pesam sobre os sectores mais debilitados da população.

Pretendemos perceber de que modo é que uma parte da imprensa portuguesa viu estes acontecimentos num momento importante da definição das políticas económicas para o País. A imprensa enquanto “cão de guarda” da sociedade tem tradicionalmente um dever ético de alerta e defesa dos direitos sociais que será analisado. As alternativas às medidas de austeridade e as questões éticas que levantaram são outros dos tópicos que pretendemos rever.

Uma primeira abordagem à literatura existente indica-nos que é bastante difícil encontrar, já em 2016, investigações que analisem a crise económica e financeira relativamente às suas consequências em Portugal ou aos seus efeitos a um nível mais global. Os estudos que antecederam este artigo científico têm realçado, no entanto, algumas tendências que podem ajudar a concretizar esse objectivo.

Existe uma tradição de estudos sobre as resistências às políticas de liberalização ou de austeridade com investigações mais recentes que tenham como

objecto de estudo os casos português (Accornero & Pinto 2014) e grego (Michael-Matsas 2010). Ambos os países são também analisados comparativamente no âmbito das consequências da crise para o ambiente político nacional (Freire, Lisi, Andreadis & Viegas 2014, Lisi & Santana-Pereira 2014; Teixeira, Tsatsanis & Belchior 2014; Veebel & Kulu 2015).

Outro assunto tratado é a representação da União Europeia nos media nacionais (Fracasso, Grassano & Barzetti 2014). Este tópico detinha uma elevada influência ainda antes da crise das dívidas soberanas. A crise na Eurozona terá sido provocada, entre outros factores, por um défice democrático europeu na tomada de decisões.

No campo mediático, os temas mais presentes nas investigações científicas focam as coberturas noticiosas dos países com economias mais fortes, como é o caso dos Estados Unidos da América (Halsall 2013; Tracy 2012). Por outro lado, os estudos analisam predominantemente os países com posições antagónicas face aos membros europeus em dificuldade como, por exemplo, a Alemanha (Tseronis 2014) e a Inglaterra (Touri & Rogers 2013; Baranowska 2014). Os trabalhos de investigação que focam as coberturas mediáticas dos países mais afectados pelas políticas de austeridade são escassos. Esta situação confere importância ao nosso caso de estudo.

Outro factor de relevância para o estudo que levamos a cabo prende-se com a definição dos media como “cão de guarda” e a questão da objectividade na actividade jornalística. A sua definição foi debatida desde a passagem histórica do jornalismo de opinião à penny press (Quintero 1994) e consagrou-se pela necessidade de justificar a relevância social da profissão.

Diversos autores rejeitam, porém, que o conceito de objectividade deva significar passividade (Calcutt & Hammond 2011). Cohen (1963) distinguiu, por exemplo, o ‘cronista neutra’ (mais próximo da fonte de informação) do ‘participativo’ cujo papel seria o de representante do público ou ‘cão de guarda’. Outro estudo da profissão de jornalista foi desenvolvido nesse sentido por Wilhoit e Weaver (1986). Estes procuraram classificar a posição dos jornalistas perante as fontes e as audiências em três tipos: interpretativo, disseminador e adversário. A postura de oposição corresponderia ao jornalismo de investigação que defende a posição do público.

Se adoptarmos esta perspectiva para o nosso caso de estudo, a imprensa escrita portuguesa deveria assumir a tarefa de relatar o conteúdo das medidas de austeridade mas também o de apresentar as suas consequências e possíveis alternativas. Segundo Kaitatzi-Whitlock (2014), o preço da ignorância política (2014) impede a opinião pública, não apenas de se exprimir, mas também de pensar sobre o que acontece. A concretização da democracia necessita também do envolvimento dos cidadãos de forma a constituir uma democracia participativa (Strömback

2006: Nordenstreng 1997). O envolvimento dos diversos quadrantes da sociedade na discussão pública deveria ter sido assegurada pela imprensa portuguesa através da apresentação de um maior número de perspectivas.

Perante os objectivos delineados, este artigo científico pretende analisar a cobertura mediática aos três orçamentos de Estado apresentados entre 2011 e 2013. Estes planos económicos foram marcados pelas imposições decorrentes do memorial de entendimento (5). Os projectos de lei referidos constituem um momento forte da vida económica nacional em Portugal e servirão de caso de estudo para investigar de que modo a imprensa portuguesa desempenhou a sua função de Quarto Estado.

Contextualização do caso

No seguimento da crise económica e financeira que teve início em 2007 com a queda da Lehman Brothers (6), um conjunto de estados europeus tem sentido enormes dificuldades em manterem as suas economias estáveis. A falta de entendimento entre os diferentes países da União Europeia ameaçou a estabilidade da moeda única, o Euro.

Para fazer frente às dificuldades, os vários organismos internacionais recomendaram um conjunto de medidas de austeridade às economias em crise como foi o caso da Grécia, de Portugal, da Espanha ou da Irlanda (Petmesidou, Pavolini & Guillén 2014). No caso português, o governo português teve de pedir a intervenção da CE, do BCE e do FMI em Maio de 2011. Um empréstimo de 78 mil milhões de euros foi concedido (7) a troco de “ajustamentos estruturais”. Estas reformas deveriam ser promovidas de forma a receber a integralidade do montante acordado (8). O acordo foi fiscalizado por uma comissão de inspectores da Troika com avaliações trimestrais ao cumprimento do programa.

As consequências destes acontecimentos registaram-se em diversos indicadores da qualidade de vida da população portuguesa: o forte aumento da taxa de desemprego (9), o aumento da pobreza (10) (quer a efectiva quer a potencial), a diminuição da qualidade dos serviços públicos (11) e uma reorganização extensa da Administração Pública (12).

As alterações estruturais tiveram como resultado uma redução do papel estatal na economia (Boyer 2013) e constituíram uma “onda de cortes sem precedentes” no Estado Social (Bonnet, Ehmke & Hagemeyer 2010; Zartaloudis 2014). Este tipo de medidas levantaram dúvidas face aos resultados (13) que estas políticas tinham conquistado noutras circunstâncias (Wolfson 2006).

As implicações sociais destas reformas levantaram profundas questões de carácter ético (Kaitatzi-Whitlock 2014). As políticas de austeridade provocaram um movimento de contestação por parte de vários sectores das populações europeias (14). Os protes-

tos realçaram o aspecto moral das críticas levantadas (Murdoch 2011) e constituíram uma ‘viragem moral’ ou “moral turn” (15).

Excepção feita a alguns movimentos sociais, a maioria dos grupos de decisão conservou uma atitude de respeito pelos acordos assinados (16). Porém, os protestos da sociedade civil europeia (Mantanika & Kouki 2011) ergueram-se contra a ‘mão invisível’ que governa os mercados (17). A necessidade de autonomia por parte dos agentes económicos deixou de ser uma justificação suficiente perante as consequências sociais das crises capitalistas (Singer 2004).

Hegemonia e austeridade

O conceito-chave do trabalho de investigação que levamos a cabo é o de “hegemonia” como o definiu Antonio Gramsci (Gramsci, 2011). O termo designa a capacidade de um grupo social em assumir a direcção intelectual e moral sobre a sociedade. Através da evolução deste conceito, pretendemos visitar as ideias de austeridade na economia e de hegemonia na produção mediática.

O conceito de “hegemonia” defendido por Antonio Gramsci opunha-se ao determinismo económico da teoria marxista (Mattelart 1997). Na obra *The German Ideology*, Marx e Engels indicavam a presença de uma “classe dominante” que detêm o poder numa sociedade e possui, em simultâneo, o monopólio intelectual (Heywood 2007). Os dois autores apontavam o poder económico como o principal meio para controlar a sociedade.

No entanto, segundo o autor italiano, o poder económico não é suficiente para conquistar o poder; é necessário construir compromissos através da negociação entre os diversos sectores de uma sociedade (Gruppi, 1978).

A negociação gramsciana sofreu desenvolvimentos no campo da comunicação e dos media através de autores como Hartley, Williams e Gitlin (Allan 1998). Estes autores concordam em definir a “hegemonia” como um processo em que a evolução dos acontecimentos é tida como “natural”. Estes fazem parte do “senso comum” e da “natureza humana” (Allan 1998). Certas investigações mais recentes sobre a cobertura noticiosa às medidas de austeridade indicam que os meios de comunicação social terão assimilado o discurso das elites governativas.

Numa análise à cobertura noticiosa à crise, Falasca (2014) destaca a capacidade do governo sueco em definir a questão: “os esforços de comunicação do governo asseguraram o acesso às notícias e a capacidade de definir a crise de modo a explicar o que tinha acontecido, por que tinha acontecido e como geriram a situação”. Como refere Petry (2013), “é a construção discursiva das crises – como explicamos um erro – que constitui o modo em que lhe damos uma solução”. Segundo estas investigações, a capacidade dos governos em definir a representação

da crise económica facilitou o processo de aceitação das medidas de austeridade por parte da opinião pública.

Este artigo científico pretende, à luz destas teorias, perceber se a cobertura noticiosa às medidas de austeridade é o fruto de uma “hegemonia” intelectual sobre os meios de comunicação, como a poderia ter definido Antonio Gramsci ou a Escola de Francoforte (Stella, 2012). Porém, antes de prosseguir com uma análise empírica desta hipótese, pretendemos analisar os contextos económico e mediático em que se desenrolou o nosso estudo de caso.

O neoliberalismo como fonte ideológica

De forma a entender o contexto económico em que surgiram as medidas de austeridade, necessitamos de entender a sua origem ideológica (18). O Neoliberalismo surge como uma ideologia dos finais do século XX. É caracterizado pela implementação de políticas que vão contra o chamado “big government” por parte dos governos de Reagan (EUA) e Thatcher (Reino Unido) nos anos 80. Pode ser definido como um fundamentalismo do mercado que estaria acima do governo (19).

Este afirma-se como vencedor (Fukuyama 1992) ao ter conseguido acabar com a evolução dialéctica do mundo. Segundo este autor, os grupos sociais que são contra o capitalismo não possuem, desde a derrota do comunismo, nenhuma ideologia para lutar (20). As razões desta vitória e do consequente fim do pluralismo ideológico podem ser atribuídas ao desmoronamento da União Soviética (Fukuyama 1992), à ênfase dada aos mercados livres nos media (Branston & Stafford 2010), à economia liberal como dogma (Branco 2012) e ao pós-modernismo (Jameison 1989).

O “fim da história”, como o descreveu Fukuyama, teve dois protagonistas a nível global: os Estados Unidos da América e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Os primeiros caracterizam a sua política externa (Hook & Jones 2011) pela conquista de mercados e a manutenção da sua influência a nível mundial (Dougherty & Pfaltzgraff 2003).

A segunda entidade referida é uma instituição nascida com os acordos de Bretton Woods (Parker 2013). As suas competências foram evoluindo ao ponto de ultrapassar o Banco Mundial na resolução de crises económicas nacionais (Phillips 1983; Reinalda 2013). O FMI preconiza, nestes casos, programas de liberalização das economias em dificuldade em troca de empréstimos para os países envolvidos (Jorgensen & Laatikainen 2012). Este modelo de actuação tem, no entanto, gerado controvérsias (Bird 2007, Swart 2002) (21).

As décadas de 80 e 90 marcaram o início de uma onda de liberalizações que incluíram desregulações dos mercados e privatizações de sectores da economia (22) a nível global. Em Portugal, estes processos

(Magone 2011; Alves 2011) foram acelerados pelas relações de proximidade entre o sector privado e os governantes (23).

Estas mudanças económicas conduziram a reacções negativas que criticam o capitalismo globalizado (Chomsky 2006) e subiram de tom após o início da crise. O motivo prende-se com os problemas graves na sustentabilidade do sistema global (Kotz 2009; Angkinand, Sawangngoenyung & Wihlborg 2010) que terão uma consequência deste movimento liberalizador (Hicks & Zorn 2005).

Os media como actores sociais

A maioria dos modelos teóricos que foram construídos para explicar o funcionamento dos media à luz de uma hipotética “hegemonia” cultural ou económica tem origem nas teorias marxistas. Podemos considerar estas construções como elementos críticos face à sociedade capitalista e, no contexto actual, face ao neoliberalismo. A partir das bases marxistas, 3 grandes áreas de investigação podem ser definidas: a teoria crítica, o estruturalismo e os estudos críticos (24).

A economia política - baseada nos estudos de Adam Smith - é outra das disciplinas influenciadas pelo Marxismo e teve desenvolvimentos no estudo dos media enquanto indústria cultural. Pode ser definida como “o estudo das relações sociais, em particular das relações de poder, que constituem mutuamente a produção, distribuição e consumação de recursos” (Mosco 1996) (25).

Estas relações de poder (que se manifestam na produção de mensagens mediáticas) têm reflexo no modo em que os media representam a sociedade. Nesse sentido, um conjunto de autores procurou investigar a presença de grupos minoritários nas notícias.

O campo dos estudos sobre os media tinha, sob a influência da corrente funcionalista, reforçado os aspectos positivos dos media como actores sociais (Stella 2011). Noelle-Neumann (1974), através da teoria da “espiral do silêncio”, conferiu um novo alento à visão dos efeitos fortes dos media (McQuail 2000). A sua teoria analisa o processo que sofrem as opiniões dos grupos minoritários. Estas acabam por ser rejeitadas pelos produtores mediáticos e pela sociedade por falta de força dos seus representantes. Como numa ‘espiral’, as ideias destes grupos sociais tornam-se cada vez mais frágeis.

Outro contributo para esta área de estudos foi dado por Hallin (1986) que reestruturou a presença dos diversos actores mediáticos em 3 esferas: a do consenso, a da controvérsia legítima e a do desvio. Se as duas primeiras são aceites pelos media, a última é rejeitada ou fortemente criticada. Os autores de opiniões contestadas pelos meios de comunicação social são descritos nas coberturas noticiosas como extremistas ou radicais (Calcutt & Hammond 2011).

Além da representação das minorias mediáticas, o nosso percurso analisa também os estudos das práticas jornalísticas. Além da já clássica visão da notícia como construção (Tuchman 1980), diversos modelos procuraram compreender como eram escolhidas as notícias.

Um exemplo deste processo de selecção é a noção de “gatekeeping”. Os estudos iniciais, nos anos 50, indicavam motivações ideológicas para a exclusão de determinados conteúdos do fluxo noticioso. Nas décadas seguintes, os factores organizacionais, como as necessidades de organização através de tarefas estandardizadas, foram considerados fundamentais (McQuail, 2000).

Esta noção de rotina e de valores na tomada de decisões deve-se em parte aos constrangimentos de tempo que levam os media a adoptarem estratégias e procedimentos que se repetem (Bell 1998). As rotinas podem, deste modo, explicar por que motivo os jornalistas preferem noticiar o evento em vez das suas circunstâncias, os factos em vez de teorias (Vraneski e Richter 2002).

A definição de critérios para a elaboração de conteúdos noticiosos levou à criação de uma lista de valores-notícia por parte de Galtung e Ruge (1965). Um dos elementos que sustenta a hierarquização dos intervenientes nas histórias é a importância das pessoas ou nações de elite. Significa que elas detêm um peso maior do que os restantes cidadãos ou nações.

As teses citadas previamente reforçam a hipótese da presença de hegemonia cultural nos conteúdos mediáticos. Se olharmos para a crise económica em que é contextualizado este estudo, a noção de hegemonia estaria presente na definição da crise e nas medidas preconizadas para resolvê-la. Pretendemos avançar para a nossa análise empírica com base neste conjunto de conceitos.

Hipóteses

A pergunta de partida do nosso estudo de investigação é a seguinte: “Qual foi a cobertura noticiosa aos orçamentos de Estado entre 2011 e 2013 relativamente ao conjunto das medidas de austeridade?”. Os objectivos delineados para este artigo científico passam pela análise das notícias que fazem o relato destas políticas. Pretendemos observar se os jornais portugueses em análise deram espaço mediático aos grupos sociais afectados, a possíveis alternativas económicas e ao movimento de “moral turn” que se opõe às consequências sociais das medidas.

A nossa hipótese geral é que os jornais apoiam o discurso desenvolvido pelas entidades governativas em defesa das medidas de austeridade. Nesse sentido, a cobertura noticiosa deverá conferir maior relevância aos defensores das políticas neoliberais.

As nossas hipóteses particulares são as seguintes:

H1 – Os jornais analisados não deram voz às pessoas ou entidades afectadas.

A primeira hipótese baseia-se essencialmente no valor-notícia de Galtung e Ruge (1965) que aponta o mais fácil acesso às notícias por parte dos membros da elite.

H2 – Os jornais analisados não deram voz às alternativas às medidas de austeridade.

Este estudo baseia-se na tese de Hallin (1986) citada previamente. Segundo este autor, as ideias que não correspondem aos valores defendidos pelos media entram numa esfera de desvio acabando excluídos do acesso aos conteúdos noticiosos.

H3 – Os jornais analisados não deram voz ao “moral turn”. Como vimos, este conceito identifica a maior preocupação com valores morais perante considerações económicas.

Questões metodológicas:

As delimitações do nosso estudo são definidas pelas notícias que abordam as “medidas de austeridade” presentes na apresentação do Orçamento de Estado entre 2011 e 2013. Estes projectos-lei constituem um marco relevante da vida política nacional e devem ser revelados, segundo a Constituição Portuguesa, até 15 de Outubro de cada ano civil (26).

Amostra

A amostra do caso em estudo é composta pelas edições diárias escritas dos seguintes jornais quotidianos portugueses: Público e Jornal de Notícias. O Público foi escolhido devido à sua posição de quotidiano de referência no panorama mediático português. O Jornal de Notícias é um diário que representa uma visão mais regional (região Norte) mas com um público-alvo muito extenso.

Os dias escolhidos para amostra são relativos à época em que deve ser anunciado por lei o Orçamento de Estado, ou seja, até ao dia 15 de Outubro. Nesse sentido, serão contabilizadas as notícias dos jornais referidos nos dias 14, 15 e 16 dos meses de Outubro de 2011, 2012 e 2013 (27) que correspondem à antevisão, apresentação e rescaldo do acontecimento.

A amostra em questão foi recolhida presencialmente na Biblioteca Pública Municipal do Porto. Nesse sentido, o processamento da informação foi realizado manualmente através do autor do estudo como único interveniente.

Método

A nossa análise das notícias sobre as “medidas de austeridade” nos Orçamentos de Estado entre 2011 e 2013 deve iniciar pela definição do conceito. O

que consideramos “medidas de austeridade” (28) são políticas que incluem os seguintes efeitos:

- i. a redução da despesa do Estado,
- ii. o congelamento da Função Pública,
- iii. o aumento de impostos,
- iv. o aceleramento das privatizações,
- v. a racionalização de todos os serviços públicos e
- vi. a flexibilização do mercado do emprego.

As técnicas de análise que levamos a cabo implicam uma contagem dos actores noticiosos presentes nos conteúdos relevados na amostra e um levantamento dos frames empregues na cobertura mediática.

a) Fontes e Referências

Para entender se existe uma “hegemonia” no discurso noticioso, faremos uma análise de conteúdo de forma a contabilizar as referências a pessoas ou entidades que são efectuadas em cada notícia. Essa contagem dos actores noticiosos permitir-nos-á entender quais são os grupos sociais mais representados na cobertura noticiosa dos Orçamentos de Estado.

Em primeiro lugar, o estudo realizou uma contagem das fontes e das referências feitas a pessoas ou entidades nas notícias analisadas. Dividimos as presenças em dois grupos:

- a) **Fontes** que são indivíduos ou entidades que falam ou agem em primeira pessoa nas notícias;
- b) **Referências** que são indivíduos ou entidades referidos por terceiros no conteúdo noticioso.

Depois de efectuar o levantamento das fontes e referências presentes nas notícias seleccionadas, decidimos dividi-las em grupos (v. anexo B). Cada grupo representa uma das áreas em conflito ou representação no conteúdo noticioso de Jornal de Notícias e Público. Os grupos em questão são os seguintes: Governo, Oposição, Políticos, Troika, Instituições Públicas, Populações Afectadas, Privados, Comentadores, Sociedade Civil, Cultura, Saúde e Outros (29).

b) Frames da cobertura

Claes H. de Vreese (2005) define framing como uma noção que “ganhou espaço nas disciplinas de comunicação, providenciando orientação seja para as investigações sobre o conteúdo dos media seja aos estudos sobre a relação entre os media e a opinião pública”.

Framing é o processo através do qual uma fonte de comunicação apresenta e define uma questão (De Vreese 2005). Mais concretamente, Bruno (2014) afirma que o conceito de “frame tem a ver com o ‘modo’ em que são apresentadas as informações, com o ângulo interpretativo, com a escolha do ponto de vista, com o ‘corte’ que se faz a um facto’.

Entman é um dos investigadores que procurou trabalhar com o conceito de framing no sentido de compreender o modo de funcionamento dos media. Segundo o autor, “a maior tarefa da análise de conteúdo ao determinar o significado de um texto deveria ser a de identificar e descrever frames” (Entman 1993) mas alerta para as dificuldades que colocar em prática esta técnica de análise.

De forma a entender de que modo os jornais analisados representaram o nosso objecto de estudo, optamos por seguir a metodologia de Semetko e Valkenburg (2000). Estes autores identificam cinco frames que estariam presentes na maioria dos conteúdos noticiosos: a atribuição de responsabilidade, o frame do interesse humano, o frame do conflito, o frame da moralidade e o frame económico.

Cada um destes frames tem um conjunto de questões associadas cuja presença deve ser identificada pelo investigador (v. Anexo A). Para simplificar o método de Semetko e Valkenburg, decidimos assinalar a presença de um frame a cada resposta positiva às perguntas identificadas.

Deste modo, podemos perceber qual é a visão dos jornais em análise na sua cobertura mediática às “medidas de austeridade” nos Orçamentos de Estado portugueses de 2011 a 2013. O estudo dos frames da cobertura será útil no sentido de compreender os pontos de vista mais realçados por Jornal de Notícias e Público.

Limitações do estudo

O nosso estudo apresenta uma limitação pelo facto do Orçamento de Estado ser da autoria do governo em funções. Legitimamente, constituem assim o actor principal do fluxo noticioso o que coloca um entrave à justificação das hipóteses geral e específica. Porém, como vimos anteriormente, a objectividade que norteia tradicionalmente a actividade jornalística implica a presença dos dois lados na cobertura noticiosa a um conflito.

Outro aspecto a realçar é o facto de ser uma investigação que estuda um curto espaço de tempo. Poderíamos considerar este facto como sendo uma situação potencialmente negativa. No entanto, as investigações sobre as rotinas jornalísticas destacam a velocidade a que a elaboração de notícias é feita. Apenas é assegurado o processamento da informação e não a sua reflexão. Acreditamos, desse modo, que o período de tempo escolhido é suficiente de modo a perceber as lógicas dos jornalistas no tratamento da informação e retirar conclusões para a nossa

hipótese geral.

Resultados

A análise empírica recolheu um número total de 153 notícias (v. Figura 1) das quais 67 pertencem ao Jornal de Notícias e 86 ao Público (30).

a) Fontes e Referências

Fontes

O Governo lidera a tabela das fontes (figura 2), como tínhamos previsto na fase teórica da investigação, devido ao facto de ser o autor do Orçamento (JN: 50 presenças; Público: 113).

O segundo lugar pertence às Populações Afectadas (JN: 40; Público: 27) à frente da categoria Oposição (JN: 30; Público: 23) composta pelos partidos políticos que não pertencem ao Governo.

A categoria Outros inclui as referências feitas a outros jornais ou meios de comunicação. Este item lidera a lista das entidades referidas individualmente no Jornal de Notícias (23 presenças), à frente do Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho.

Relativamente aos grupos menos presentes na cobertura noticiosa, destacamos a categoria Troika e os sectores da Saúde e da Cultura.

Referências

A maioria das categorias delineadas na análise dos dados possuem referências muitos residuais, algumas destas tendem mesmo a desaparecer (figura 3). A categoria Oposição, apesar de ser o principal actor político além do Governo, é o exemplo da afirmação anterior ao apresentar apenas uma referência indirecta.

A análise das referências permite-nos verificar que as categorias mais presentes são as que representam os grupos afectados pelas medidas de austeridade. O grupo das Populações Afectadas, que integra vários sectores da sociedade, lidera (JN: 60; Público: 66). A situação repete-se com a categoria das Instituições Públicas também elas afectadas pelas medidas de austeridade (JN: 22; Público: 66). Este grupo é composto por numerosas empresas públicas como o serviço público de rádio e televisão – a Radio e Televisão de Portugal – e várias companhias de transportes (a TAP Portugal, a Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, a Carris – Transportes de Lisboa, a ANA – Aeroportos de Portugal, etc...).

b) Frames da cobertura

Como podemos ver através da figura 4, o Jornal de Notícias e o Público seguiram tendências de framing bastante próximas. Ainda assim, a presença dos frames que indicamos na metodologia revelou-se menor nos conteúdos noticiosos publicados pelo jornal Público.

O primeiro frame analisado - o da Responsabilidade – (figura 5) acentua a personalização ou a individualização das problemáticas. Os factos relatados são descritos como o resultado da acção de um indivíduo ou grupo. A responsabilização do governo (através do frame A2) lidera as presenças na análise que desenvolvemos.

A questão do Conflito (figura 7) é um frame frequentemente utilizado nas redacções jornalísticas e acaba por partilhar o primeiro posto no número de presenças com o frame da Responsabilidade. No entanto, estes dados são sustentados pelo elevado número de referências a questões de desentendimento. As edições analisadas relatam as queixas dos intervenientes mas não comprometam a sua imparcialidade para conceder a “vitória” ou a “derrota” aos participantes.

Outro frame muito empregue pelas duas redacções foi o que se foca na questão do Interesse Humano (figura 6). Ambos os jornais privilegiaram as questões que retraram os sentimentos e o grau de afectação dos actores envolvidos nas notícias.

Por outro lado, a presença da Religião (figura 8) é quase nula tornando-se o frame menos utilizado pelos dois jornais. As diferenças entre Jornal de Notícias e Público encontram-se nos dois itens seguintes. O Jornal de Notícias empregou uma cobertura muito focada na personalização como o pode indicar o frame B4 (49,3%) que é relativo às referências à vida privada dos actores. O JN fez várias reportagens em casas de pessoas e com grupos das Populações Afectadas pelas medidas de austeridade. Estes conteúdos noticiosos permitiram voz directa a pensionistas ou reformados. O Público privilegiou o ponto de vista económico (figura 9) e analisou as perdas financeiras (41,9%), os custos (55,8%) e as consequências económicas das medidas de austeridade (44,2%). Um olhar assim mais macroeconómico face ao JN que preferiu situações de carácter individual, com interesse humano, de forma a captar mais interesse no seu público-alvo.

Análise dos dados

A pergunta de partida do nosso estudo de investigação era a seguinte: “Qual foi a cobertura noticiosa efectuada aos orçamentos de Estado entre 2011 e 2013 relativamente ao conjunto das medidas de austeridade?”.

Como tínhamos referido anteriormente, a teoria que funciona como ponto de partida das nossas hipóteses é baseada no conceito de ‘hegemonia’ de Antonio Gramsci e em vários modelos teóricos desenvolvidos no campo dos estudos sobre os media.

Hipótese 1

A nossa primeira hipótese particular era que “os jornais analisados não deram voz às pessoas ou entidades afectadas”. Para verificar esta afirmação,

analisámos as fontes e as referências. Ao nível das fontes noticiosas (pessoas ou entidades que falam na primeira pessoa ou são agentes dos factos relatados), identificamos a presença dominante da área política e que justificamos com o facto do Orçamento de Estado ser um acto de competência política.

Além da presença da categoria Governo, podemos inferir que o discurso governamental acerca das medidas de austeridade teve reflexos em outras categorias de análise:

- a categoria Oposição integra o Partido Socialista que elaborou as negociações para a chegada da Troika;

- a Troika que é um actor noticioso que está de acordo com as medidas citadas;

- a categoria Políticos enquanto grupo que inclui também ex-governantes;

- e os comentadores que podem também ser vistos como grupos que reforçam o discurso sobre a crise.

Os políticos referidos são, na sua maioria, elementos que concordaram com o Memorando da Troika, como o caso do ex-Primeiro-Ministro, José Sócrates. Os comentadores escolhidos (economistas, fiscalistas ou consultores de agências de mercados financeiros) defendem uma visão neoliberal da gestão da crise. Além disso, a presença do Sector Privado à frente de sectores directamente afectados pelos 'cortes' como a Cultura ou a Saúde ajuda a construir uma "narrativa" neoliberal ou favorável às medidas de austeridade.

Nesse sentido, os actores convidados a falar além do Governo são, na sua maioria, reprodutores de uma lógica que não permite a presença de alternativas às "medidas de austeridade".

Por outro lado, os resultados esperados antes da análise dos conteúdos noticiosos foram alterados por um conjunto de factores.

Nos dias em análise, uma manifestação mundial foi organizada em 2011 (31) e uma greve portuguesa foi convocada em 2012 (32). Ambos os movimentos de protesto realizaram-se contra as "medidas de austeridade". Ora, estas ocorrências deram presença mediática à maioria dos grupos não oficiais que estão presentes na análise das fontes e referências.

Se as notícias sobre as manifestações não estivessem presentes, as seguintes situações verificar-se-iam:

- a diminuição do número de pensionistas, trabalhadores privados e funcionários públicos e a ausência de desempregados, precários, doentes e anónimos no grupo das Populações Afectadas;

- a ausência de artistas na Cultura e dos movimentos e parceiros sociais na Sociedade Civil.

Outro dado relevante para a nossa investigação é a análise qualitativa das presenças relevadas da categoria Instituições Públicas. Este grupo muito afectado pelas medidas de austeridade é raramente presente no Jornal de Notícias. No Público, são sobretudo fontes de dados como é o caso do INE (Insti-

tuto Nacional de Estatística). Em ambos os casos, a categoria não marca presença como grupo afectado mas como entidade que reforça a lógica do modelo governativo. Na maioria dos casos, as Instituições Públicas são fontes quando surgem como porta-vozes de informações oficiais.

Devemos ainda referir o caso da categoria Saúde. Esta constitui um dos grupos noticiosos devido às negociações que esta área social conseguiu manter directamente com o Ministro da Saúde, Miguel Macedo. O Jornal de Notícias e o Público repetiram as declarações de farmacêuticos, enfermeiros e médicos na sequência de reuniões com o responsável governamental da pasta. Entram, deste modo, na esfera da "controvérsia legítima".

A análise mais específica às referências não altera o quadro que delineamos nos parágrafos anteriores. A maioria dos grupos enunciados desaparece ou têm presença residual como são os casos das categorias da Oposição, dos Comentadores, da Sociedade Civil, da Cultura, da Saúde e dos Outros.

O Governo é muito presente devido às referências feitas por outras fontes que avaliam ou justificam as medidas da coligação governamental.

As Instituições Estatais e as Populações Afectadas são os grupos que lideram a contagem das referências. Este facto prende-se com a grande quantidade de medidas direccionadas às empresas públicas e a diversos sectores da população portuguesa. Porém, a referência que lhes é feita é, na maioria dos casos, indirecta.

A Troika enquanto elemento que avalia as medidas do Governo é uma presença forte nas referências. O seu nome vem muitas vezes associado aos factos mas sem constituir um actor principal.

Por fim, o sector privado que não constitui um dos focos das reformas estruturais marca presença devido às consequências das políticas escolhidas para a economia.

Os dados recolhidos sugerem portanto que a hipótese 1 estará correcta. O governo português foi a categoria mais representada como fonte. O conjunto das populações afectadas tiveram uma representação marcada pela influência dos movimentos de protesto organizados nos dias em análise. Estes eventos inflacionaram os números obtidos por este grupo social mas não foram suficientes para contrariar a afirmação da hipótese 1.

Hipótese 2

A nossa segunda hipótese era a de que "os jornais analisados não deram voz às alternativas às medidas de austeridade". Para comprovar esta hipótese, remetemos para os resultados do frame da responsabilidade e ao item que corresponde à pergunta A3: "A história sugere soluções para o problema ou a questão?".

O frame das soluções foi apenas empregue 23% das vezes no Jornal de Notícias e 19,8% dos casos no

Público. Manifestamente, raras foram os momentos em que soluções alternativas foram apontadas face às medidas de austeridade. A hipótese de que a análise das circunstâncias e dos factores que condicionam um tema são descuradas nos conteúdos noticiosos comprova-se no nosso caso de estudo.

Hipótese 3

A nossa terceira hipótese era a de que “os jornais analisados não deram voz ao “moral turn”.

A presença da Moralidade é afectada pela pergunta D2 sobre a presença de elementos religiosos e constitui o frame menos representado (JN: 3,0%; Público: 1,2%). Comparando com as restantes fontes, a Igreja Católica – única fonte religiosa – tem presença quase nula (três referências directas no total). Estes dados parecem apontar para uma separação da religião com a vida política e a também menor predominância da Igreja numa sociedade cada vez mais laicizada e secularizada.

Os dados apontados anteriormente são contrariados pela questão B2: “A história emprega adjectivos ou vinhetas pessoais que geram sentimentos de revolta, empatia, simpatia ou compaixão?”. Este frame teve destaque no Jornal de Notícias (70,1%) enquanto o Público regista o emprega deste ângulo de análise em 55,8% das notícias. Como afirmamos anteriormente, o resultado verificado no Jornal de Notícias explica-se pelo facto da publicação ter apostado numa cobertura noticiosa mais emotiva.

Devido ao relevo que a questão B2 apresentou, consideramos que a cobertura noticiosa deu expressão a valores pertencentes ao “moral turn”. Além disso, esta hipótese saiu reforçada pelos valores alcançados na questão “A história contém alguma mensagem moral?” (JN: 64,2%; Público: 46,5%).

Hipótese Geral

A nossa hipótese geral era que os jornais apoiariam o discurso desenvolvido pelas entidades governativas em defesa das medidas de austeridade. Nesse sentido, a cobertura noticiosa deveria revelar uma maior relevância dos defensores das políticas neoliberais.

O único elemento que argumenta claramente contra a hipótese geral é o B2 (segundo frame mais presente) que notifica a presença forte de sentimentos, muitos deles de revolta. A questão C2 (“Existe uma parte-indivíduo-país que se queixa de outro?”) registou também números elevados. Mas este item insere-se na dinâmica de conflito entre as partes políticas e beneficia também a presença do Governo como queixoso perante os críticos.

Do lado contrário, identificamos várias questões.

A nível das fontes utilizadas, consideramos que existe uma maioria de fontes “oficiais” que ajudam a manter a ideologia neoliberal como é o caso dos grupos políticos, da Troika ou dos Privados. As pessoas afectadas pelas medidas de austeridade são actores secundários, apenas presentes em número

substancial devido às manifestações que ocorreram em 2011 e 2012.

A pergunta com mais respostas positivas é a A2 que responsabiliza o governo pela situação (JN: 74,6%; Público: 83,7%). Encontra-se ligada ao frame A1 que indica a capacidade do governo em resolver a situação (JN: 64,2%; Público: 54,7%). Não devemos, no entanto, presumir que uma crítica aos responsáveis políticos esteja presente. O Governo é identificado como entidade responsável pelo documento (orçamento de Estado) e não pelas consequências desencadeadas pelas medidas de austeridade.

Além disso, a questão relativa às Soluções (A3) teve registos abaixo dos 25%, o que indica que não foram promovidas alternativas às medidas de austeridade. Por outro lado, as consequências económicas das medidas estão pouco presentes (questão E3 – “Existe uma menção às consequências económicas em perseguir ou não uma determinada política?”).

Deste modo, podemos avançar a conclusão que a hipótese Geral é comprovada parcialmente. Esta ideia é reforçada pelo elevado número de fontes ligadas ao Governo ou às posições neoliberais e pelo frame A4 que não identifica nenhum responsável pela crise (JN – 49,3%; Público – 30,2%).

Por fim, queremos analisar os frames que implicam directamente uma tomada de posição por parte dos jornalistas. Os dois pontos que correspondem a este item de análise estiveram abaixo dos 10% (JN: 7,5%; Público: 8,1%); a questão C4 referente a vencedores e vencidos e a pergunta E4 ligada à presença de imagens nas notícias.

Assim, os frames individuais menos presentes são aqueles em que o jornalista deve assumir uma posição num conflito. Um exemplo desta postura jornalística é o frame Moralidade que apenas é utilizado quando é incluído nas declarações das fontes (An & Gower 2009). Portanto, o trabalho jornalístico guiado pelas regras de objectividade impede os profissionais de assumir uma posição nesta questão controversa.

Ainda que seja de forma não evidente, consideramos que o baixo número de fontes não-oficiais, a falta de explicações económicas e de soluções alternativas não favoreceram as camadas sociais mais vulneráveis, as que foram mais sujeitas a esta crise. A cobertura mediática acabou por enunciar maioritariamente o ponto de vista produzido pelas políticas governativas sem indicar um caminho alternativo.

Conclusão

O estudo de caso aqui relatado é o resultado de uma investigação sobre a divulgação noticiosa dos Orçamentos de Estado em 2011, 2012 e 2013 por parte do Governo Passos Coelho - Portas.

Os resultados revelam uma maioria de fontes que favorecem a defesa das políticas do Governo e indicam a ausência de soluções alternativas face às

medidas de austeridade. De um modo geral, várias tendências foram registadas mas destacamos a falta de pontos de vista alternativos como uma evidência bastante forte para confirmar que as políticas de austeridade acabaram por ser justificadas pelos jornais analisados.

Acreditamos que os próximos estudos devam investir na qualidade da cobertura noticiosa através, por exemplo, da análise crítica do discurso que poderia ajudar a desenvolver melhor a questão (Mylonas 2014) e estudar o fenómeno de forma mais aprofundada (Baranowska 2014). Outra proposta a futuras investigações é a de alargar o espectro de tempo em análise de forma a ver quais são as lições que podemos retirar. /

Notas

(1) Diário de Notícias, disponível em <http://150anos.dn.pt/2014/07/31/2011-portugal-pede-ajuda-a-troika/>, consultado em 31/01/2015

(2) Expresso, disponível em <http://expresso.sapo.pt/as-50-medidas-de-austeridade-entre-junho-de-2011-e-ago-to-deste-ano=f757627>, consultado em 31/01/2015

(3) Governo de Portugal, disponível em http://www.portugal.gov.pt/media/371372/mou_pt_20110517.pdf, consultado em 31/01/2015

(4) Mario Draghi, presidente da BCE, tem sido um dos agentes políticos que procurou alterar as políticas de austeridade implementadas à escala europeia (v. Jornal I, disponível em <http://www.ionline.pt/artigos/dinheiro/draghi-quer-governos-promovam-investimento-publico-animar-economia>, consultado em 31/01/2015). O partido Syriza na Grécia, recém-eleito para governar, também procurou mudar o acordo assinado pela Grécia com a Troika. “O Syriza insiste firmemente na sua posição de abolição do memorando assinado com a Troika de credores quando assumir o governo e irá renegociar os empréstimos” (v. Syriza, disponível em http://www.syriza.gr/page/who-we-are.html#_VM5i_GisU2U, consultado em 31/01/2015).

(5) Jornal de Notícias, disponível em http://www.jn.pt/PaginalInicial/Economia/Interior.aspx?content_id=1881085, consultado em 31/01/2015

(6) Jornal de Notícias, disponível em http://www.jn.pt/PaginalInicial/Economia/Interior.aspx?content_id=1362079, consultado em 31/01/2015

(7) Diário de Notícias, disponível em http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1843247, consultado em 31/01/2015)

(8) “A Decisão faz também depender os desembolsos adicionais de uma conclusão positiva das avaliações de condicionalidade, que terão lugar ao longo dos três anos de duração do programa. A primeira avaliação trimestral será levada a cabo no terceiro trimestre de 2011, e avaliará o cumprimento das medidas a implementar até ao final de Julho. As avaliações trimestrais seguintes irão avaliar o cumprimento das medidas a ser implementadas até ao final do trimestre anterior. Se os objectivos não forem cumpridos ou for expectável o seu não cumprimento, serão adoptadas medidas adicionais” (v. Memorando da Troika, disponível em http://www.portugal.gov.pt/media/371372/mou_pt_20110517.pdf, consultado em 31/01/2015).

(9) Público, disponível em <http://www.publico.pt/economia/noticia/troika-deixa-portugal-uma-taxa-de-emprego-ao-nivel-dos-anos-80-1634447>, consultado em 31/01/2015

(10) Público, disponível em <http://www.publico.pt/economia/noticia/risco-de-pobreza-aumenta-e-ja-abrange-195-da-populacao-1684473>, consultado em 31/01/2015

(11) A descida da qualidade dos serviços públicos é particularmente notada no sector da Saúde com falhas na prestação de cuidados já no início de 2015 (v. O Observador, disponível em <http://observador.pt/2015/01/06/urgencias-hospitalares-o-diagnostico-pais/>, consultado em 31/01/2015).

- (12) Diário de Notícias, disponível em http://www.dn.pt/bolsa/interior.aspx?content_id=1868724, consultado em 31/01/2015 E TVI 24, disponível em <http://www.tvi24.iol.pt/economia/emprego/funcao-publica-encolheu-o-dobro-do-que-a-troika-exigia>, consultado em 31/01/2015
- (13) Segundo Dreher (Dreher 2006), “como tem sido demonstrado em vários estudos, no que diz respeito a este objectivo [o crescimento da economia], os programas do FMI são um falhanço”. As mesmas conclusões podem ser encontradas no artigo “IMF and economic reform in developing countries”: “A retórica recente do FMI acerca dos objectivos da instituição tem-se focado no crescimento económico. Ainda que as evidências econométricas estejam sujeitas a críticas metodológicas e tenham de ser interpretadas com cuidado, uma clara evidência sugere que a instituição tem falhado em cumprir este objectivo, muito por culpa de uma filosofia ortodoxa e rígida de política económica (Abbott, Andersen & Tarp 2009).
- (14) Manifesto dos 74, disponível em <http://www.manifesto74.com/o-manifesto/>, consultado em 31/01/2015
- (15) O “moral turn” é um conceito que surge no estudo da geografia e que tem criado discussões de carácter ético sobre a visão que o geógrafo deve ter sobre o seu objecto de estudo. “O valor de relações de assistência na filosofia moral contemporânea é derivado de uma actual crítica das teorias universalizadoras de justiça” (Barnett & Land 2007).
- (16) O Manifesto dos 74 é, mais uma vez, uma das referências para pedir alternativas às medidas de austeridade como, neste caso, ao pedir para reestruturar a dívida: “É imprescindível reestruturar a dívida para crescer, mantendo o respeito pelas normas constitucionais” (v. Manifesto dos 74, disponível em <http://www.manifesto74.com/o-manifesto/>, consultado em 31/01/2015).
- (17) O conceito de ‘mão invisível’ foi adoptado por Adam Smith para defender a capacidade dos mercados em gerirem-se autonomamente (Denis, 2000)
- (18) O termo “Ideologia” foi cunhado por Antoine Destutt de Tracy já no período da Revolução Francesa em 1801.
- (19) O Longview Institute define o fundamentalismo do mercado como sendo “uma fé exagerada de que, quando os mercados são deixados a operar em liberdade, estes conseguem resolver todos os problemas sociais e económicos” (Longview Institute 2015). Segundo Defarges, as políticas neoliberais caracterizam-se pela sobreposição do poder económico sobre o poder político e da administração das coisas sobre o governo das coisas. A política corresponde ao período da agricultura e da terra como enraizamento em oposição à economia guiada por uma lógica dos fluxos com os mercados sempre em movimento (Defarges 2003).
- (20) Ainda que a ideologia seja definida por muitos clássicos como um conceito ligado ao poder, outros autores sustentam que a ideologia também pode servir grupos dominados. Van Dijk (1998a), por exemplo, rejeita as teorias clássicas que confinam a ideologia ao “papel de reprodução e legitimação da classe dominante”. Afirma que os grupos dominados também necessitam da ideologia como “base para a resistência” e integra a noção de ideologia como coordenadora de práticas sociais.
- (21) As actuações do FMI têm suscitado estudos de casos particulares como é a intervenção na Coreia do Sul: “os estragos causados na economia pela liberalização antes e depois da crise de 1997 levanta naturalmente a questão de saber se o povo coreano não teria ficado melhor se o modelo tradicional não tivesse substituído pelo neoliberalismo” (Crotty & Lee 2002). Outro exemplo é a construção ideológica que o Fundo Monetário impõe aos seus devedores (Cho 2008).
- (22) Um dos exemplos mais fortes é a Irlanda que passou de “campeão do neoliberalismo” a uma forte crise após 2007 (Preston & Silke 2014). Entre outras razões, o papel da imprensa não deve ser menosprezado “ao sustentar a bolha imobiliária na Irlanda que rebentou em 2007, atirando a Irlanda para uma severa turbulência financeira” (Merville 2014).
- (23) Em Portugal, as deficiências do sistema judiciário levam “algumas franjas da elite estabelecida a comportarem-se como se beneficiassem de algum tipo de impunidade legal” (Soares 2010). As relações desta elite com o poder têm sido de apoio recíproco (Rosas & Louçã 2010) e têm-se reflectido numa interferência na área do conteúdo dos media (Serrano 2006).
- (24) A primeira baseia-se na transição operada por Adorno e Horkheimer e o conceito de indústrias culturais (Morgan 2013). O estruturalismo que advém de teorias linguísticas procede a uma exploração do conceito de poder. Os estudos culturais baseiam-se na teoria de Gramsci e foram desenvolvidos pelo Centro de Birmingham e Stuart Hall (estudos da recepção), entre outros (Mattelart 1997).
- (25) Esta área de investigação tem-se revelado fortemente crítica perante as políticas neoliberais e os seus contributos têm sido particularmente fortes na área da comunicação (Wasko, Murdoch & Sousa 2011). Lutam contra os sistemas injustos e desiguais de poder (Wasko, Murdoch & Sousa 2011), a privatização das coisas públicas, a desregulamentação (no caso específico) dos media (Garnham 2011) e a favor dos grupos pequenos para terem acesso aos conteúdos mediáticos (Becerra e Mastrini 2011).
- (26) Artigo 35º da Lei nº 91/2001, de 20 de Agosto, alterada e republicada pela Lei Orgânica nº 2/2002, de 28 de Agosto, passa a ter a seguinte redacção: «Artigo 35º [.] 1 – O Governo apresenta à Assembleia da República, até 15 de Outubro de cada ano, a proposta de lei do Orçamento do Estado para o ano económico seguinte» in Diário da República, disponível em http://www.dgo.pt/legislacao/Documents/Ponto7-Lei91-2011-2Alteracao_2.pdf, consultado em 31/01/2015.
- (27) Não inserimos notícias que provenham do ano de 2014 onde o governo de coligação PSD-CDS continua no exercício do poder. Este facto prende-se com a escassez de notícias nesse ano relativamente aos anos anteriores e à ausência da Troika que já não estava directamente envolvida no processo português.
- (28) Consideramos que o nosso universo devesse ter mais algumas restrições nomeadamente o de retirar as notícias que tocavam os temas escolhidos mas que provinham de fontes locais ou estrangeiras. Um caso dessa natureza foi a cobertura noticiosa da greve mundial contra a austeridade, o dia 16 de Outubro de 2011. Os aumentos de impostos nos automóveis e no tabaco não foram incluídos porque são sectores onde as questões de saúde e de am-

biente condicionam o debate. As PPP (De Vries & Yehoue 2013) foram também excluídas por não constituírem uma “medida de austeridade” e não ser mencionada como uma solução. Por fim, as caixas de texto, quando estas não constituíam uma notícia diferente de forma inequívoca, foram analisadas como parte integrante das notícias com que se identificaram mais a nível de espaço e conteúdo.

(29) A educação encontra-se ausente dos grupos que foram definidos porque teve apenas uma presença como fonte no Jornal de Notícias e outra no Público. Porém, este grupo demonstrou ser um dos mais atingidos pelas medidas de austeridade (v. Observador, disponível em <http://observador.pt/2014/06/13/em-tres-anos-de-troika-ha-menos-26-mil-professores-menos-disciplinas-e-mais-exames/>, consultado em 31/01/2015.

(30) Devemos também realçar as diferenças em termos do número de peças para as duas publicações. O Público fez uma cobertura mais alargada não apenas no volume de notícias mas também na dimensão média de cada uma delas. Por outro lado, o Jornal de Notícias incluiu o tema do Orçamento de Estado em várias edições da revista Dinheiro Vivo que optamos por não seguir porque era uma publicação distinta ainda que vendida em simultâneo.

(31) Jornal de Noticias, disponível em <http://www.jn.pt/mundo/interior/indignados-convocam-mobilizacao-mundial-para-15-de-outubro-2045527.html>, consultado em 20/08/2016

(32) A greve, organizados por diversos movimentos sociais, teve o apoio da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses, um dos principais sindicatos nacionais. Público, disponível em <https://www.publico.pt/economia/noticia/greve-em-portugal-em-dia-de-luta-europeia-1572360>, consultado em 20/08/2016

Bibliografia

ABBOTT, P., Andersen, T. & Tarp, F. (2010) “IMF and economic reform in developing countries” in *The Quarterly Review of Economics and Finance*, 50:17–26.

ACCORNERO, G & Pinto, P. (2014): “‘Mild Mannered’? Protest and Mobilisation in Portugal under Austerity, 2010–2013” in *West European Politics*, 2014

ALLAN, S. (1998) ‘News from NowHere: Televisual News Discourse and the Construction of Hegemony,’ in A. Bell and P. Garrett (eds) *Approaches to Media Discourse*. Oxford: Blackwell, 105-141.

ALVES, A. (2011) “The Portuguese Malaise: Structural Causes of the Crisis and Lesons for the Eurozone” in *Economic Affairs*, 31(2): 47-52

AN, S. & Gower, K. (2009) “How do the news media frame crises? A content analysis of crisis news coverage” in *Public Relations Review*. 35:107–112

ANGKINAND, A., Sawangngoenyuan, W. & Wihlborg (2010) “Financial Liberalization and banking crises: A cross-country analysis” in *International Review of Finance*, 10(2): 263–292

AYDIN, U. (2008) *Globalization and the Politics of Subsidies* in *EUI Working Papers*, 2008/11 Baranowska, P. (2014) “The Coverage of the Eurozone Economic Crisis in the British Press” in *Perspectives on European Politics and Society*, 15(4): 500-517

BARNETT, C. and Land, D. (2007) “Geographies of generosity: beyond the ‘moral turn’” in *Geoforum*, 38(6):1065–1075.

BECERRA, M. & Mastrini, G. (2011) “Communication Economy Paths. A Latin American Approach” in Wasko, J., Murdoch, G. & Sousa, H. (2011) *The Handbook of Political Economy of Communications*, Chichester: Blackwell Publishing

BELL, A. (1998) “The discourse structures of news stories” in Bell, A. & Garrett, P. (1998) *Approaches to Media Discourse*, Oxford: Blackwell

BELL, A. & Garrett, P. (1998) *Approaches to Media Discourse*, Oxford: Blackwell

BIRD, G. (2007) “The IMF: A bird’s eye view of its role and operations” in *Journal of Economic Surveys*, 21(4): 683–745

BONNET, F., Ehmke, E. & Hagemeyer, K. “Social Security in times of crisis” in *International Social Security*

Review, 63(2)

BOYER, R. (2013) "The euro crisis: undetected by conventional economics, favoured by nationally focused polity" in *Cambridge Journal of Economics*, 37(3): 533-569

BRANCO, M. (2012) "Economics against Democracy" in *Review of Radical Political Economics*, 44(1): 23-39

BRANSTON, G. & Stafford, R. (2010) *The Media Student's Book*, London: Routledge
Bruno, M. (2014) *Cornici di realtà*, Milano: Guerini e Associati

CALCUTT, A. & Hammond, P. (2011) *Journalism Studies, a critical introduction*, Abingdon: Routledge
Cho, Y. (2008) "The national crisis and de/reconstructing nationalism in South Korea during the IMF intervention" in *Inter-Asia Cultural Studies*, 9(1): 82-96

CHOMSKY, N. (2006) *A democracia e os mercados na nova ordem mundial*, Lisboa: Antígona
Cohen, B. (1963) *The press and foreign policy*, Princeton: Princeton University Press

CROTTY, J. & Lee, K. (2002) "Is financial liberalization good for developing nations? The case of South Korea in the 1990's" in *Review of Radical Political Economics*, 34: 327-334

DEMYANYK, Y. & Van Hemert, O. (2011) "Understanding the Subprime Mortgage Crisis" in the *Review of Financial Studies*, 24(6)

DE VREESE, C. (2005) "News framing: Theory and typology" in *Information Design*, 1:511-516

DE VRIES, P. & Yehoue, E. (2013) "Financial and sovereign debt crises and PPP market structure" in Yehoue, E. (2013) *The Routledge Companion to Public-Private Partnerships*, London: Routledge
Defarges, P. (2003) *Introdução a geopolítica*, Lisboa: Gradiva

DENIS, H. (2000) *História do Pensamento Económico*, Lisboa: Livros Horizonte

DOUGHERTY, J. E. & Pfaltzgraff, R. L. (2003) *Relações Internacionais: As teorias em confronto*, Lisboa: Gradiva

DREHER, A. (2006) "IMF and Economic Growth: The Effects of Programs, Loans, and Compliance with Conditionality" in *World Development* 34(5):769-788

ENTMAN, R. (1993) "Framing: Towards Clarification of a Fractured Paradigm" in *Journal of Communication*, 43(4): 51-58

FALASCA, K. (2014) "Political news journalism: Mediatization across three news reporting contexts" in *European Journal of Communication*, 29: 583

FRACASSO, A., Grassano, N. & Marzetti, G. (2010) "The Gravity of Foreign News Coverage in the EU: Does the Euro Matter?" in *Journal of the Common Market Studies*, 2014:1-18

FREIRE, A., Lisi, M., Andreadis, I. & Viegas, J.M. (2014) "Political Representation in Bailed-out Southern Europe: Greece and Portugal Compared" in *South European Society and Politics*, 19(4): 413-433
Fukuyama, F. (1999) *O fim da história e o último homem*, Lisboa: Gradiva

GALTUNG, J. & Ruge, M. Holmboe (1965) "The Structure of Foreign News. The Presentation of the Congo, Cuba and Cyprus Crises in Four Norwegian Newspapers" in *Journal of Peace Research*, 2: 64-91
Garnham, N. (2011) "The Political Economy of Communication Revisited" in Wasko, J., Murdoch, G. & Sousa, H. (2011) *The Handbook of Political Economy of Communications*, Chichester: Blackwell Publishing

GRAMSCI, A. (2011) *As cartas do carcere*, Galiza: Estaleiro Editora

GRUPPI, L. (1978) *O conceito de hegemonia em Gramsci*, Rio de Janeiro: Graal

HALLIN, D. (1986) *The "uncensored war". The Media and Vietnam*, Oxford: Oxford University Press
Halsall, R. (2013) "Signs of crisis and recovery: Geographical imaginaries in press coverage of the financial crisis in the UK and German press 2008-2009" in *Culture and Organization*, 19(5): 377-395

HEYWOOD, A. (2007) *Political Ideologies. An Introduction*, New York: Palgrave Macmillan

HICKS, A. & Zorn, C. (2005) "Economic Globalization, the Macro Economy, and Reversals of Welfare: Expansion in Affluent Democracies, 1978-94" in *International Organization*, 55: 631-662

HOOK, S. & Jones, C. (2011) "Critical Theories" in Wiarda, H. & Kryzaneck, A. (2011) *Routledge Handbook of American Foreign Policy* Routledge, London: Routledge

JAMESON, F. (1989) "Marxism and Postmodernism" in *New Left Review*, 1

JORGENSEN, K. & Laatikainen, K. (2012) "The International Monetary Fund" in Wouters, J. & Kerckhoven,

S. (2012) *Routledge Handbook on the European Un-*

ion and International Institutions, London: Routledge

KAITATZI-WHITLOCK, S. (2014) "Greece, the Eurozone crisis and the media: The solution is the problem" in *The Public*, 21:25-46

KOTZ, D. (2009) "The Financial and Economic Crisis of 2008: A Systemic Crisis of Neoliberal Capitalism" in *Review of Radical Political Economics*, 41(3): 305-317

LISI, M. & Santana-Pereira, J. (2014) "Campaign Individualisation before and after the Bailout: A Comparison between Greece and Portugal" in *South European Society and Politics*, 19(4): 541-559

Longview Institute, disponível em endereço <http://www.longviewinstitute.org/projects/marketfundamentalism/marketfundamentalism>, consultado em 31/01/2015

MAGONE, J. (2011) "The difficult transformation of state and public administration in Portugal. Europeanization and the persistence of neo-patrimonialism" in *Public Administration*, 89(3):756-782

MANTANIKA, R. & Kouki, H. (2011) "The spatiality of a social struggle in Greece at the time of the IMF" in *City: analysis of urban trends, culture, theory, policy, action*, 15(3-4):482-490

Mattelart, A. & Mattelart, M. (1997) *História das Teorias da Comunicação*, Lisboa: Campo das Letras

MCQUAIL, D. (2000) *Teorias da Comunicação de Massas*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

MERCILLE, J. (2014) "The Role of the Media in Sustaining Ireland's Housing Bubble" in *New Political Economy*, 19(2): 282-301

MICHAEL-MATSAS (2010a) "The Greek Revolt, the World Crisis and Freedom of Expression" in *Critique: Journal of Socialist Theory*, 38(1): 51-59

MICHELETTI, B. (2008) *A crise das hipotecas subprime nos EUA e os seus desdobramentos*, Campinas: Universidade Estadual de Campinas

MORGAN, T. (2013) "Adorno and the political economy of communication" in *The Political Economy of Communication*, 1(2): 44-64

MOSCO, V. (1996) *The Political Economy of Communication*, London: Sage Publications

MURDOCH, G. (2011) "Political Economies as Moral Economies. Commodities, Gifts, and Public Goods" in Wasko, J., Murdoch, G. & Sousa, H. (2011) *The Handbook of Political Economy of Communications*,

Chichester: Blackwell Publishing

MYLONAS, Y. (2014) "Crisis, Austerity and Opposition in Mainstream Media Discourses of Greece" in *Critical Discourse Studies*, 11(3): 305-321

NOELLE-NEUMANN, E. (1974) "The Spiral of Silence: A Theory of Public Opinion" in *Journal of Communication*, 24(2): 43-51

NORDENSTRENG, K. (1997) "The Citizen Moves from the Audience to the Arena" in *Nordicom Review*, 2: 13-20

PARKER, R. & Whaples, R. (2013) "The rise and fall of the Bretton Woods System" in *Routledge Handbook of Major Events in Economic History*

PETMESIDOU, M., Pavolini, E. & Guillén, A. (2014) "South European Healthcare Systems under Harsh Austerity: A Progress-Regression Mix?" in *South European Society and Politics*, 19(3): 331-352

PETRY, J. (2013) "From PIIGS and the drive towards austerity: The discursive construction of the Eurozone crisis & its impact on European welfare states", artigo apresentado na DVPW, ÖGPW, SVPW Joint Conference "Drei-Länder-Tagung: Politik der Vielfalt", 19-21 Setembro de 2013, Universidade de Innsbruck, Austria.

PHILLIPS, R. (1983) "The Role of the International Monetary Fund in the Post-Bretton Woods Era" in *Review of Radical Political Economics*, 15(2): 59-81

PRESTON, P. & Silke, H. (2014) "Ireland - From Neoliberal champion to "The eye of the storm" in *The Public*, 21(4):5-24

QUINTERO, A. (1994) *História da imprensa*, Lisboa: Planeta Editora

REINALDA, B. (2013) "The architecture of international monetary and financial Governance" in Lesage, D. (2013) *Routledge Handbook of International Organization*, London: Routledge

ROSAS, F. & Louçã, F. (2010) *Os donos de Portugal: Cem anos de poder económico*, Porto: Edições Afrontamento

SEMETKO, H. A., & Valkenburg, P. M. (2000) "Framing European politics: A content analysis of press and television news" in *Journal of Communication*, 50(2): 93-109.

SERRANO, E. (2006) *Jornalismo Político em Portugal*, Lisboa: Edições Colibri Singer, P. (2004) *Um só Mundo. A ética da globalização*, Lisboa: Gradiva

SOARES, A. (2010) "The Europeanization of Portugal" in *European Societies*, 12(3): 317-337 Stella, R. (2011) *Sociologia della comunicazione di massa*, Torino: UTET

STRÖMBACK, J (2005) "In search of a standard: four models of democracy and their normative implications for journalism" in *Journalism Studies*, 6(3): 331-345

TEIXEIRA, C., Tsatsanis, E. & Belchior, A. (2014) "Support for Democracy in Times of Crisis: Diffuse and Specific Regime Support in Portugal and Greece" in *South European Society and Politics*, 19(4): 501-518 Touri & Rogers (2013) "Europe's Communication Deficit and the UK Press: Framing the Greek Financial Crisis" in *Journal of Contemporary European Studies*, 21(2): 175-189

TRACY, J. (2012) "Covering 'Financial Terrorism' in Journalism Practice, 6(4): 513-529,

TSERONIS, A. (2014) "Multimodal argumentation in news magazine covers: A case study of front covers putting Greece on the spot of the European economic crisis" in *Discourse, Context and Media*, 2015 Tuchman, G. (1980) *Making News*, New York: MacMillan Publishing

VAN DIJK, T.A. (1998a) *Ideology. A multidisciplinary approach*, London: Sage Publications

VEEBEL, V. & Kulu, L. (2015) "Against the political expectations and theoretical models: how to implement austerity and not to lose political power" in *Baltic Journal of Economics*, 2015

VRANESKI, A. & Richter, R. (2002) "Framing and Reframing In, and Through, the Mass Media" in *ICAR Working Paper 21*, Maio 2002

WASKO ,J., Murdoch, G. & Sousa, H. (2011) *The Handbook of Political Economy of Communications*, Chichester: Blackwell Publishing

WEAVER, D. & Wilhoit, G. (1986) *The American journalist: A portrait of U.S. news people and their work*. Bloomington: Indiana University Press.

WOLFSON, M. (2006) "Neoliberalism and Social Security" in *Review of Radical Political Economics*, Volume 38, No. 3, Summer 2006, 319-326

ZARTALOUDIS, S. (2014) "The Impact of the Fiscal Crisis on Greek and Portuguese Welfare States: Retrenchment before the Catch-up?" in *Social Policy & Administration*, 48(4): 430-449

Anexos

Anexo A

Os cinco frames de notícias usados de maneira mais corrente

(Semetko & Valkenburg 2000)

A – Atribuição de responsabilidade

A1 – A história sugere que um certo nível de governo tem a capacidade de aliviar o problema?

A2 – A história sugere que um certo nível do governo é responsável pela questão / problema?

A3 – A história sugere soluções para a questão / problema?

A4 – A história sugere que um indivíduo ou um grupo de pessoas na sociedade é responsável pela questão / problema?

A5 – A história sugere que o problema exige uma acção urgente?

B – Frame do Interesse Humano

B1 – A história fornece um exemplo humano ou uma "cara humana" sobre a questão?

B2 – A história emprega adjectivos ou vinhetas pessoais que geram sentimentos de revolta, empatia, simpatia ou compaixão?

B3 – A história enfatiza como os indivíduos e os grupos são afectados pela questão / problema?

B4 – A história entra nas vidas privadas ou pessoais dos actores?

B5 – A história contém informação visual que possa gerar sentimentos de revolta, empatia, simpatia ou compaixão?

C – Frame do Conflito

C1 – A história reflecte desentendimentos perante partes-indivíduos-grupos-países?

C2 – Existe uma parte-indivíduo-país que se queixa de outro?

C3 – A história refere dois lados ou mais de dois lados da questão? C4 – A história refere vencedores e vencidos?

D – Frame da Moralidade

D1 – A história contém alguma mensagem moral?

D2 – A história faz referência à moralidade, Deus ou a outros dogmas religiosos?

D3 – A história oferece prescrições sociais específicas sobre como se comportar?

E – Frame económico

E1 – Existe uma menção a perdas ou ganhos financeiros agora ou no futuro?

E2 – Existe uma menção aos custos / grau de despesa envolvidos?

E3 – Existe uma menção às consequências económicas em perseguir ou não uma determinada política?

E4 – A história contém informação visual que possa gerar sentimentos de revolta, empatia, simpatia ou compaixão?

Anexo B

Grupos nas Notícias

A lista de fontes ou referências foi dividida em grupos consoante a afinidade de cada uma individualidades ou entidades no seio da temática estudada.

Grupos	Indivíduos ou Entidades
Governo	Passos Coelho, Governo, Paulo Portas, Ministros, Secretários de Estado, Deputados ou representantes de PSD e CDS
Oposição	Representantes e deputados de PS, BE, PCP e outros partidos políticos referidos
Políticos	Pretendente ao trono do Reino de Portugal, Cavaco Silva, Governo Sócrates, antigos governantes, políticos em geral e Parlamento
Troika	Troika, FMI, União Europeia e respectivos organismos
Instituições Públicas	Forças Armadas, Forças de Segurança, Empresas Públicas, Universidades e escolas, Tribunal Constitucional, Caixa Geral de Aposentações, Segurança Social, RTP, TAP e outras companhias de transportes, Regiões Autónomas, Municípios, Freguesias e Institutos Públicos
Populações Afectadas	Função Pública, Trabalhadores do sector privado, Reformados, Desempregados, Crianças, Estudantes, Desportistas, Doentes, Precários, Anónimos, Famílias, Sindicatos, Agricultores, Beneficiários de Subsídios Sociais, Comerciantes, Restauradores, Proprietários, Emigrantes e Portadores de Deficiências
Sector Privado	Empresas, Empresários, Agências de Rating e Mercados
Comentadores	Individualidades ou agências de rating que comentam a actualidade do País entre os quais economistas, conselheiros legais, académicos e comentadores políticos
Sociedade Civil	ONGs e Movimentos Sociais
Cultura	Movimentos Cultural e artístico
Saúde	Representantes do sector que negociam com o Governo
Outros	Referências que não entram nas outras categorias

Figuras

Figura 1

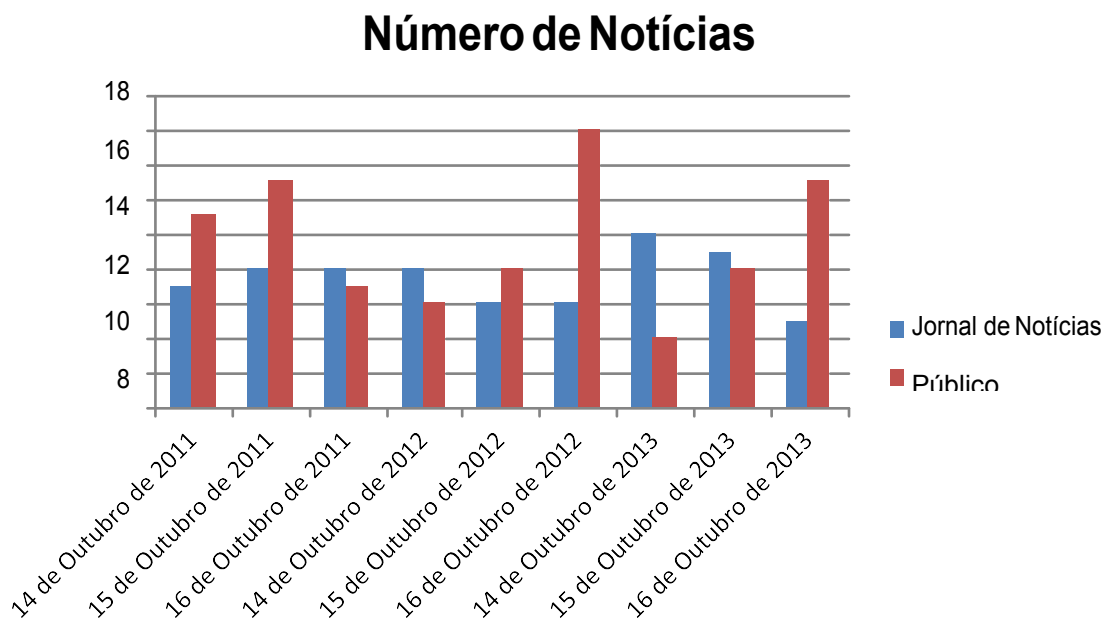


Figura 2

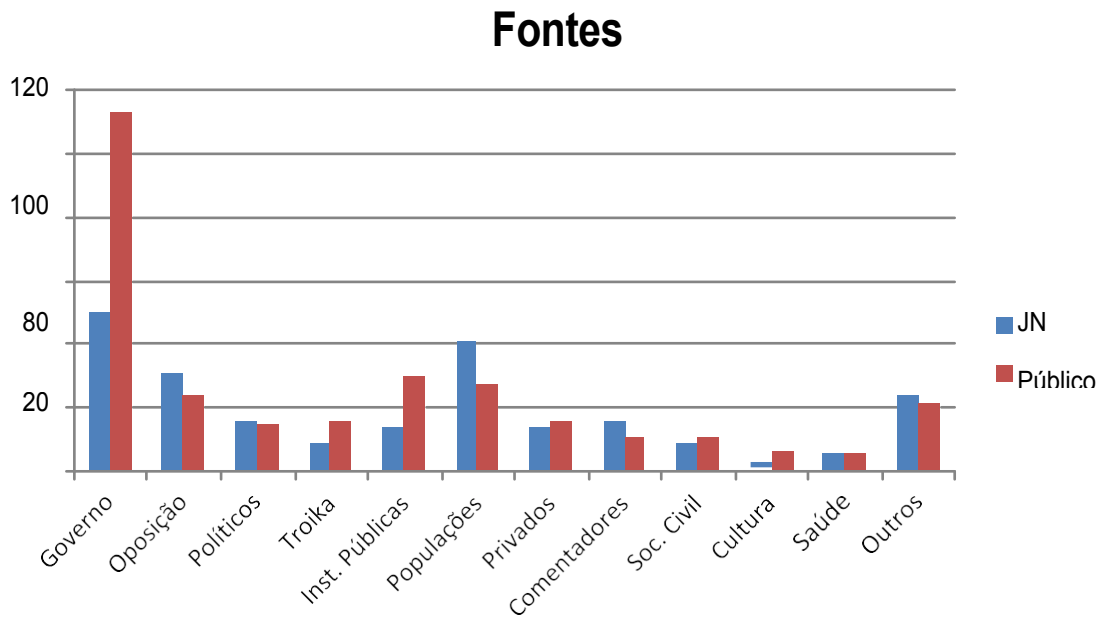


Figura 3



Figura 4

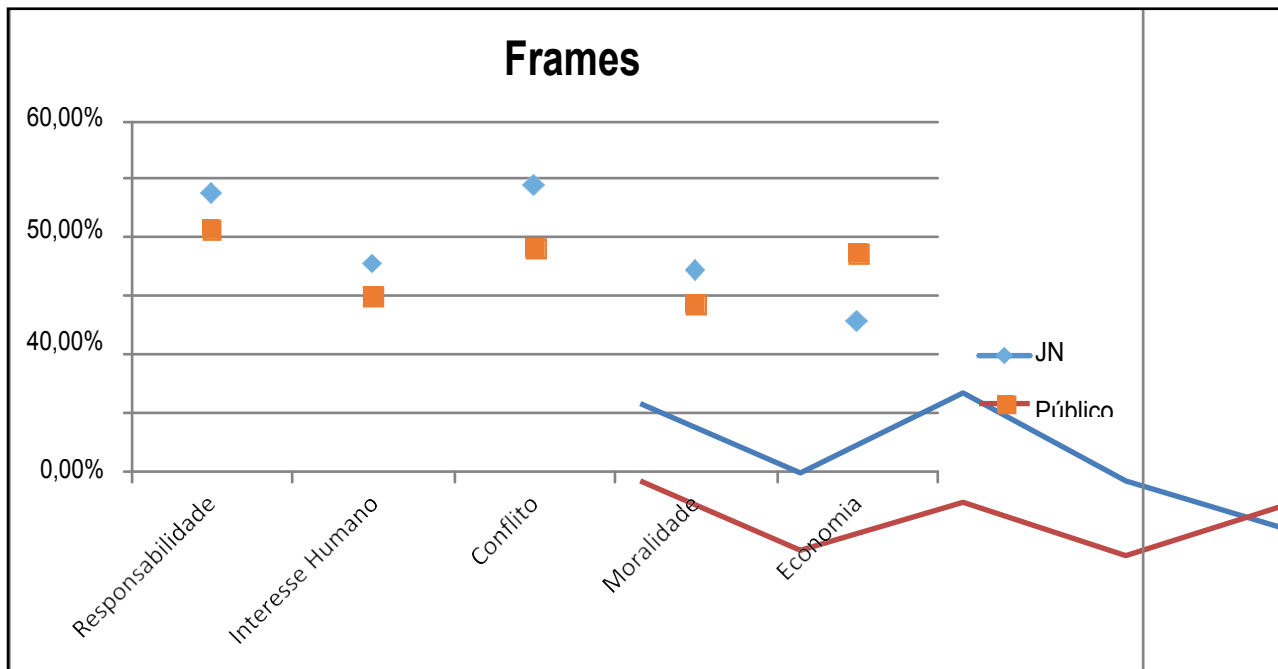


Figura 5

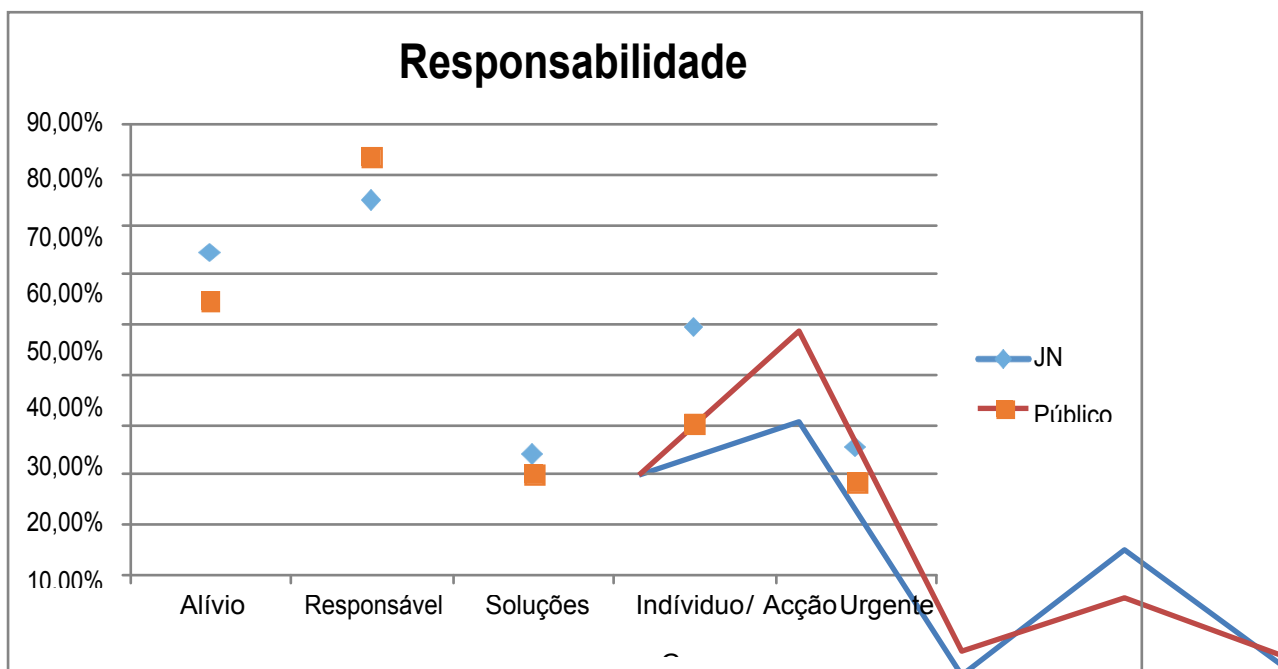


Figura 6

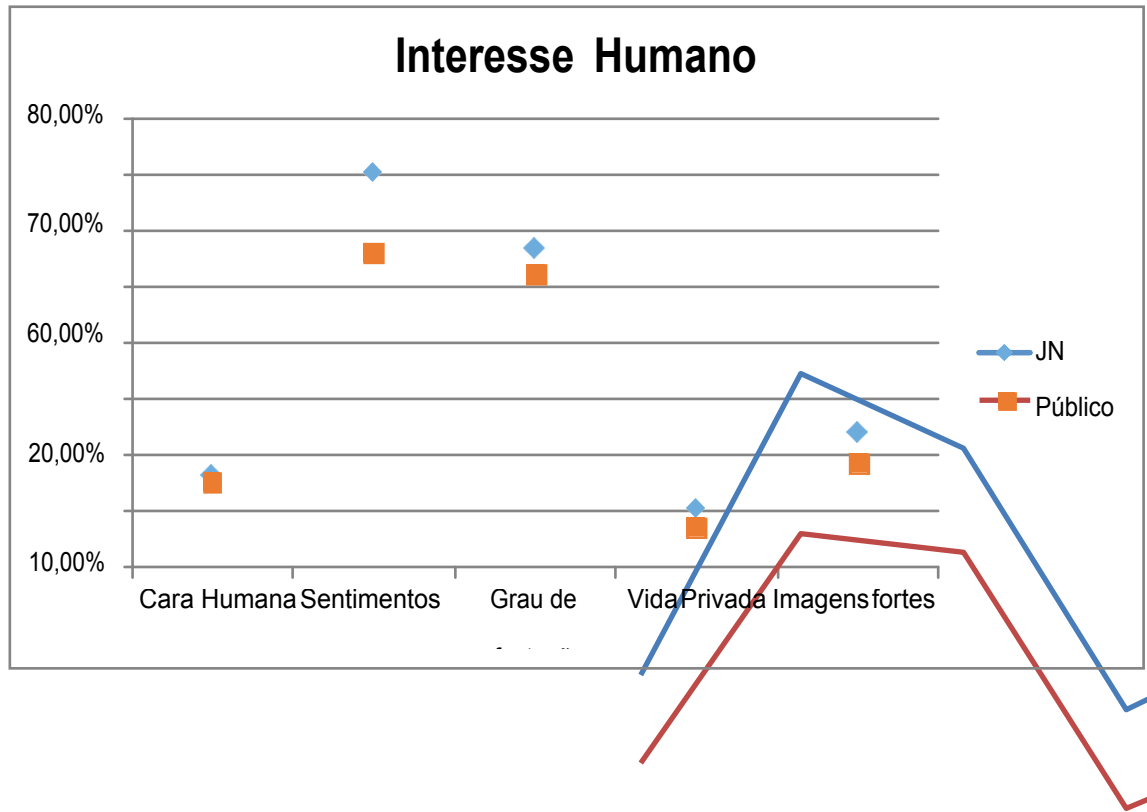


Figura 7

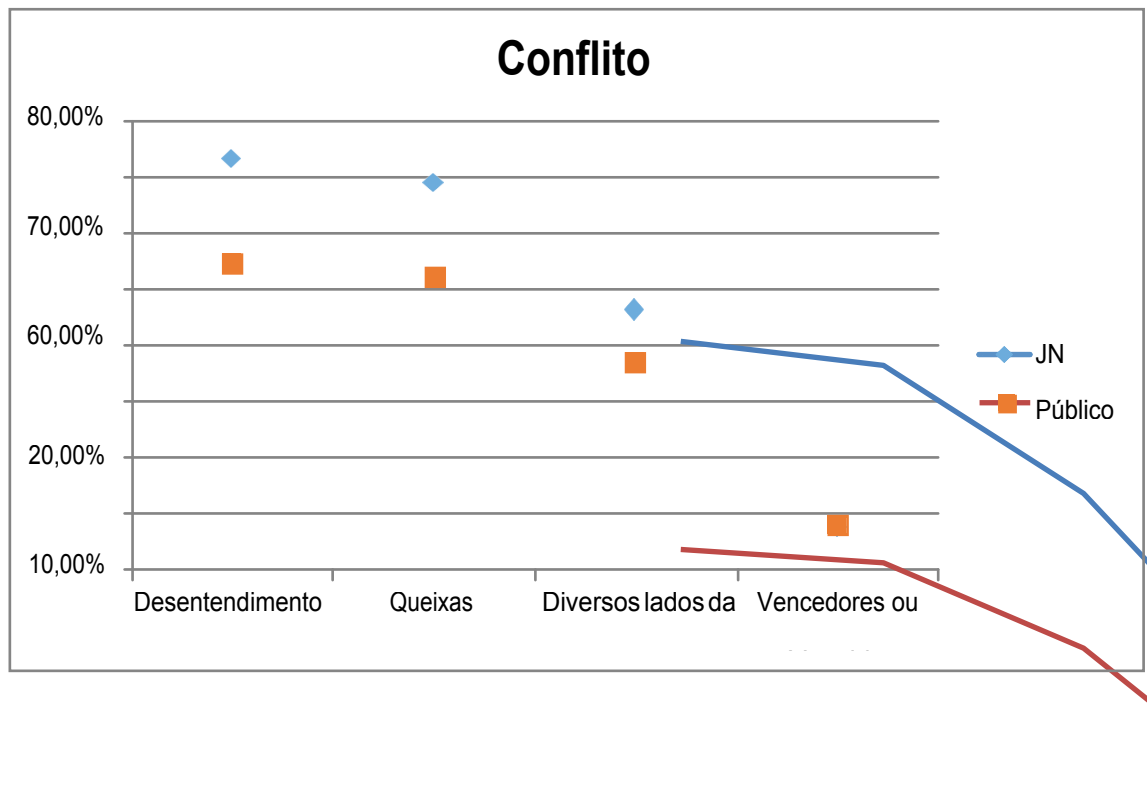


Figura 8

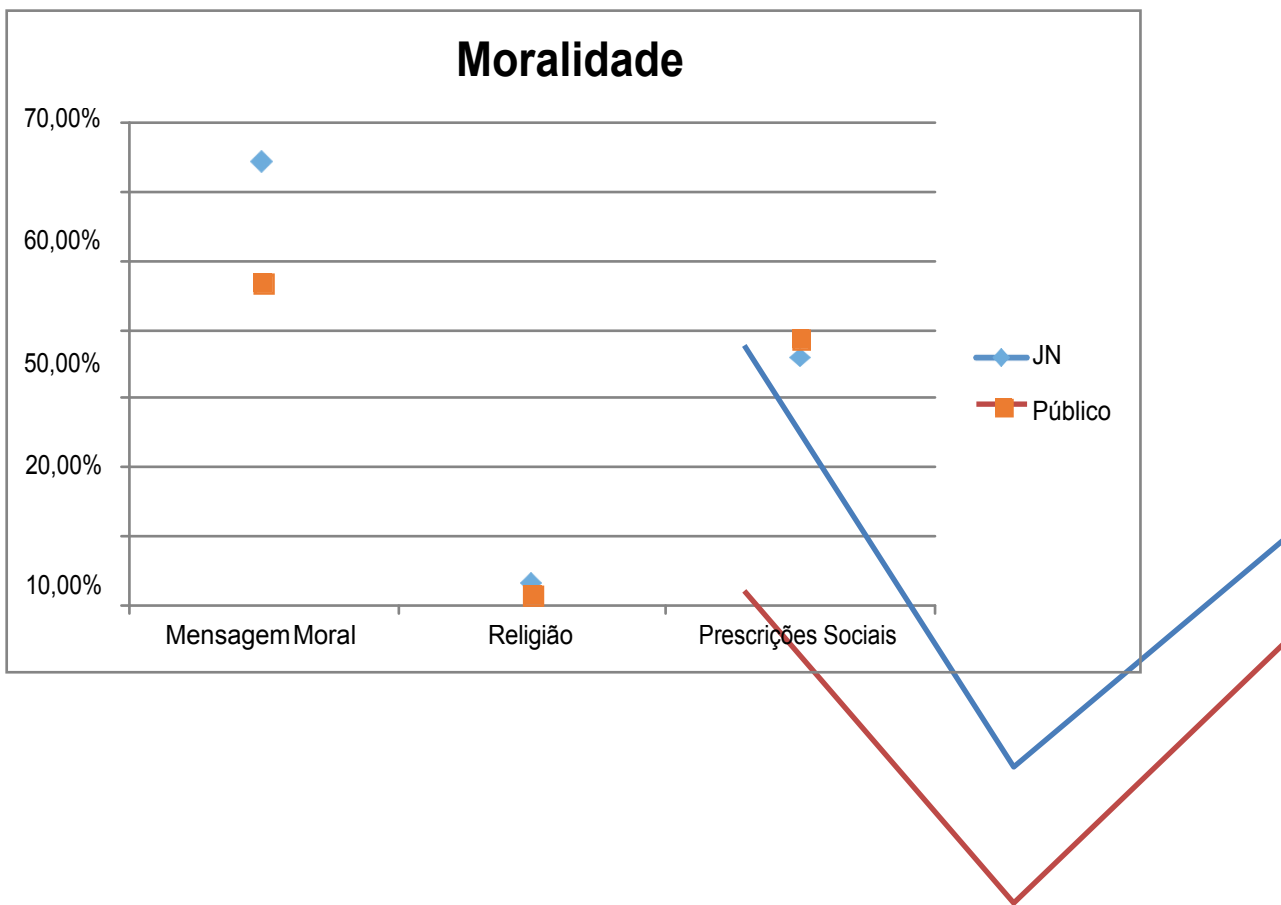


Figura 9

